

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.749.079 - AM (2018/0149508-6)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : LG ELECTRONICS DA AMAZÔNIA LTDA
ADVOGADO : CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO - AM000672A
RECORRIDO : OVERSEAS FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA
RECORRIDO : JOSE PEDRO DE OLIVEIRA FILHO
RECORRIDO : L. MARQUES RODRIGUES
ADVOGADOS : FRANCISCO NASCIMENTO MARQUES - AM001192
MICHAEL QUEIROZ LEITÃO E OUTRO(S) - AM009714
AGRAVANTE : LG ELECTRONICS DA AMAZÔNIA LTDA
ADVOGADO : CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO - AM000672A
AGRAVADO : OVERSEAS FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA
AGRAVADO : JOSE PEDRO DE OLIVEIRA FILHO
AGRAVADO : L. MARQUES RODRIGUES
ADVOGADOS : FRANCISCO NASCIMENTO MARQUES E OUTRO(S) - AM001192
MICHAEL QUEIROZ LEITÃO - AM009714

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por LG ELECTRONICS DA AMAZÔNIA LTDA., com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. ALEGAÇÃO DE FRAUDE NA EMISSÃO DO TÍTULO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO AUTORAL. IRRESIGNAÇÃO RECURSAL. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DA RECORRIDA. OFENSA AO ARTIGO 514, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. INOCORRÊNCIA. PRELIMINAR AFASTADA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ATO FRAUDULENTO E DE PARTICIPAÇÃO DOS CREDORES. VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO, E NÃO PROVIDO.

I. Afasto a preliminar suscitada, já que, consoante jurisprudência pacífica do STJ, o desrespeito ao art. 514, inciso I, do CPC/1973, não gera qualquer nulidade, tratando-se de mera irregularidade (STJ, 5ª Turma, REsp 782.601/RS, rel. Min. Laurita Vaz, j. 01/12/2019, DJe 15/12/2019);

II. No mérito, a apelante não se desincumbiu do ônus de comprovar que houve a participação dos credores na suposta fraude, portanto as operações comerciais realizadas entre eles são lícitas, decorrendo delas o crédito cobrado;

III. Isso porque a recorrente deixou de trazer provas que traçassem o liame de participação dos fornecedores na suposta fraude e, na verdade, embora houvesse comprovação da culpa do seu ex-empregado (o que, frise-se, não aconteceu), mas não restasse evidenciado que os fornecedores tiveram participação na realização do ilícito, estes terceiros/fornecedores seriam vítimas, e não culpados;

IV. Importante, ainda, consignar o regramento da responsabilidade por ato de

Superior Tribunal de Justiça

terceiro, a qual vem preceituada no art. 932, inciso I, do Código Civil de 2002, qual atribui ao empregador o dever de responder por atos dos seus (1) empregados, serviçais e prepostos, no exercício de suas atividades laborais ou em razão delas;

V. Sentença mantida por seus próprios fundamentos;

VI. Recurso conhecido, e não provido" (fl. 793, e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

A recorrente alega a violação dos artigos 272 do Código de Processo Civil de 2015 e 166 do Código Civil.

Preliminarmente, aventa que não tomou conhecimento da publicação do acórdão de fls. 816/823 (e-STJ) porque não houve intimação no nome do advogado "FERNANDO SIQUEIRA CASTRO". Em virtude disso, aduz que o julgado e todos os atos posteriores a ele devem ser republicados com a devolução dos prazos processuais, sob pena de cerceamento do direito de defesa.

No mérito, sustenta que, sendo as duplicatas oriundas de fraude, os títulos protestados são nulos e o seu pagamento é inexigível.

Contrarrrazões apresentadas às fls. 874/876 e 877/886 (e-STJ).

O recurso especial foi parcialmente admitido *"tão somente no que diz respeito a tese de nulidade da intimação do acórdão dos embargos de declaração, por contrariedade ao artigo 272 do Código de Processo Civil"* (fl. 896, e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

De início, cumpre atentar que a nulidade inquinada pelo art. 272, § 5º, do CPC/2015 é relativa, exigindo para sua declaração a existência de efetivo prejuízo.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA. CONTRARRAZÕES APRESENTADAS SEM APONTAR NULIDADE. RECURSO ADESIVO. NÃO APRESENTAÇÃO. DESINTERESSE EM RECORRER. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Na linha dos precedentes do STJ, não deve ser declarada nulidade processual se não houver demonstração de prejuízo às partes (pas de nullité sans grief).

2. No caso dos autos, é patente a inexistência de ofensa ao contraditório e ampla defesa e de prejuízo pela ausência de intimação da sentença, tendo em

Superior Tribunal de Justiça

vista que a recorrente apresentou contrarrazões à apelação interposta pela parte contrária, sem nada alegar em relação à apontada nulidade e transcrevendo, em sua peça, trechos da sentença recorrida, de onde se depreende que, de fato, teve acesso aos autos.

3. (...)

4. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt nos EDcl no AREsp 931.446/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 1º/2/2017).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. NULIDADE. SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVA DE PODERES. REQUERIMENTO DE PUBLICAÇÃO EXCLUSIVA. PUBLICAÇÃO EM NOME DOS ANTIGOS ADVOGADOS. ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO PELOS NOVOS PATRONOS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. NULIDADE. INEXISTÊNCIA.

1. A jurisprudência do STJ é assente no sentido de ser nula, por ofensa aos princípios da ampla defesa e contraditório e ao art. 236, § 1º, do CPC, a publicação dirigida apenas a advogado substabelecido, em especial quando constar pedido expresso de publicação exclusiva em nome do advogado constituído. Precedentes.

2. Contudo, é também pacífico que a declaração de nulidade de atos processuais deve se dar com temperamento, sempre à luz da hipótese concreta, pois o regime de nulidades no processo civil vincula-se à efetiva ocorrência de prejuízo à parte, a despeito de eventual inobservância da forma prevista em lei (art. 244, CPC - princípio *pas de nullité sans grief*).

3. (...)

4. Embargos de declaração rejeitados" (EDcl no REsp 1.424.304/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/8/2014, DJe 26/8/2014).

No caso, o Tribunal de origem assim se manifestou:

"(...)

Analisando o escaninho processual em tela, observo que existe a necessidade de alteração do nome do patrono do embargante, já que a publicação do Acórdão de fls. 13/20 foi processado em nome de Carlos Roberto Siqueira Castro, inscrito na OAB/AM nº 671-A, conquanto houvesse na petição dos Embargos de Declaração pedido expresso de que todas as intimações ocorressem em nome de 'Carlos Fernando Siqueira Castro, inscrito na OAB/AM nº 672-A'.

Todavia, no que concerne ao pedido de republicação, entendo como desnecessário, porquanto a própria embargante interpôs Recurso Especial, conforme fls. 27/37. Logo, não houve prejuízo, já que o seu comparecimento espontâneo supre qualquer nulidade do ato intimatório.

(...)" (fl. 845, e-STJ).

De fato, verifica-se que a decisão de fls. 816/823 (e-STJ) manteve na íntegra o acórdão recorrido e foi determinada a alteração do nome do advogado pela Corte local. Assim, inexistente qualquer prejuízo para justificar a republicação do referido julgado com a reabertura dos prazos recursais.

Além disso, a análise do recurso especial por esta Corte leva à superação da

Superior Tribunal de Justiça

referida questão sem a necessidade de retorno dos autos às instâncias ordinárias, o que está em conformidade com o princípio da instrumentalidade das formas e da economia dos atos processuais.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, conforme determina o artigo 85, § 11, do CPC/2015, haja vista que estes não foram arbitrados na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de agosto de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

